
Três perguntas para a reforma do Estado

Com a apresentação do tão esperado Guião da Reforma do Estado, o debate sobre os caminhos que o país deve seguir nos próximos cinco anos voltou a estar no centro do debate político. O PÚBLICO abre as suas páginas ao debate e lançou três perguntas a instituições que têm reflectido sobre as opções do país no médio prazo:

1 - Que análise faz ao Guião da Reforma do Estado?

2 - Quais as prioridades para tornar o país sustentável no período pós-*troika*, num horizonte de quatro a cinco anos?

3 - O que seria necessário para estabelecer um consenso mínimo de governabilidade a médio prazo?

Respondem Silva Peneda pelo Conselho Económico e Social, Daniel Bessa, pela COTEC, e Boaventura Sousa Santos, pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

CRISE FINANCEIRA

Governo quer consenso para amortecer conflitualidade social

Para o sociólogo, é necessário um consenso sólido quanto ao equilíbrio entre Estado, mercado e comunidade



Boaventura Sousa Santos

1. Como foi assinalado pelo nosso Observatório das Crises e Alternativas, os governos quiseram cortar, nos últimos três anos, 10 mil milhões de euros à despesa pública e aumentar a receita em outros 10 mil milhões. Este total de 20 mil milhões repercutiu-se numa redução de apenas 6 mil milhões de euros no défice. A razão é simples e está há muito identificada: os orçamentos tiveram um efeito recessivo não previsto, isto é, por cada euro retirado ao défice, diminuiu-se 1,25 euros no PIB e acrescentaram-se 8,7 euros à dívida pública. Ora, como o mesmo Observatório tem

advertido, o prolongamento da recessão, pelo lastro de destruição que deixa para trás, não prepara a retoma, antes degrada as condições de recuperação futura.

O chamado Guião para a Reforma do Estado é, antes do mais, a confissão deste beco sem saída a que nos conduziu a receita neoliberal que as instituições financeiras internacionais já haviam experimentado em África, no Sudeste Asiático e na América Latina, sempre com efeitos devastadores no plano económico e social. Diante desse rasto de devastação económica e social, o guião opta por seguir em frente e identifica novos alvos de privatização, designadamente nas áreas da educação e da segurança social. A carga ideológica neoliberal é sobretudo visível nessas áreas. A privatização da educação será mais um fator de desigualdade social no país

que é já hoje o mais desigual da União Europeia (UE). Contra toda a experiência europeia, esta é uma aposta ideológica que visa colher da experiência norte-americana apenas o seu pior e que nos EUA só é hoje adotada pelo Tea Party, a ala radicalmente conservadora do partido republicano. A privatização parcial da segurança social é uma velha aspiração do CDS-PP. A sustentabilidade do sistema público de pensões está em risco apenas porque tudo o que é bem público está em risco em Portugal neste momento. Enquanto não houver uma regulação mínima do capital financeiro global, o plafonamento é mais um fator de risco para as classes médias, já de si inseguras e em processo acelerado de empobrecimento. O chamado Guião é, pois, mais que tudo, o enunciado de um programa radical em que o único significado de reforma do Estado é miniaturização do Estado e esvaziamento adicional do já tão esvaziado contrato social. Não se trata de uma reforma do Estado, mas sim de uma reforma contra o Estado. E associa a isso a sinalização explícita de um cenário de revisão constitucional que resolva de modo claro o atual embate entre o constitucionalismo do Estado de direito, consagrado na Constituição da República e defendido pela jurisprudência do Tribunal Constitucional, e o constitucionalismo de exceção defendido pela *troika*.

2. Falar de um “período pós-*troika*” nas atuais condições é, no mínimo, arriscado e pode ser fonte de equívocos. A generalidade dos portugueses entende-o e deseja-o como um período em que a política volte a ter poder sobre o económico e a política nacional se reconstrua no âmbito de responsabilidades partilhadas no seio da UE e não, como agora, a partir de tutela externa. O Governo usa a expressão noutra sentido: fazer com que o período pós-*troika* seja a continuação da *troika* por outros meios, interiorizando e tornando irreversível toda a desfiguração do país que a *troika* está a criar. Para uma sociedade como a portuguesa, com dois milhões de pobres antes de políticas sociais - número que



A política do Governo e da Troika tem motivado contestação na rua

1,25

Em consequência dos efeitos recessivos da austeridade, por cada euro retirado ao défice perderam-se 1,25 euros no PIB

8,7

Ao nível da dívida pública, somaram-se 8,7 euros por cada euro retirado ao défice

tende inevitavelmente a crescer como resultado das políticas de austeridade seguidas nos últimos três anos -, o desafio da sustentabilidade coloca-se, em primeira linha, no plano da coesão social. A primeira prioridade tem de ser a de medidas inovadoras que reforcem a já precária universalidade dos serviços públicos e a cidadania económica e social. Para isso, o Estado não pode deixar de ser um facilitador estratégico do desenvolvimento sustentável e inclusivo através de aplicações reprodutivas de investimento público que tenham os seguintes objetivos: promover a transição para uma economia ecologicamente responsável; investir na educação e na investigação científica, sem as quais Portugal continuará a ser apenas um país bom para estrangeiros (reformados remediados e turistas pobres), nunca um destino de jovens portugueses em busca de um futuro com qualidade e dignidade; assumir que, mesmo numa sociedade capitalista, há lugar para uma economia plural que, por exemplo, valorize a economia social e solidária ou “terceiro setor”, com raízes profundas no nosso país. Sem esta sustentabilidade social, o país não é politicamente sustentável porque não há democracia minimamente consistente quando as relações sociais ancoradas em desigualdades sociais crescentes se tornam, por isso, cada vez mais autoritárias. A sustentabilidade social e política dependem da sustentabilidade financeira, a qual, por sua vez, depende de duas condições: a reestruturação da dívida num quadro europeu em que Portugal e os países do Sul ajudem a Europa a não falhar esta oportunidade de se manter coesa, sobretudo considerando que a falta dessa coesão redundou, no século XX, em duas guerras devastadoras; uma reforma fiscal corajosa que não se coíba de tributar os rendimentos do capital em vez de atingir desmesuradamente os rendimentos do trabalho.

3. A governabilidade é o estádio mais baixo da legitimidade (a democracia a funcionar a favor da maioria dos cidadãos e não contra ela). Quando se fala

Ao olhar instrumental sobre os consensos importa contrapor consensos fortes em torno de estratégias de qualificação e de coesão social

muito de governabilidade é, em geral, para esconder os défices de legitimidade. A atual preocupação do Governo e de parte da elite económico-financeira com a obtenção de um consenso de governabilidade prende-se, sobretudo, com a formação de uma base política o mais alargada possível para aplicação do receituário da austeridade, que tenha margem para amortecer a conflitualidade social aguda dela resultante. A esse olhar instrumental sobre os consensos políticos importa contrapor a necessidade de consensos fortes em torno de estratégias

sectoriais de qualificação e de coesão da sociedade portuguesa: consenso sobre a necessidade de equilíbrio entre os três princípios de regulação das sociedades modernas - o Estado, o mercado e a comunidade -, nos antípodas do atual desequilíbrio a favor do mercado; consenso sobre a distribuição equitativa dos sacrifícios em momentos de crise e dos benefícios em tempos de bonança; consenso sobre uma justiça independente e eficaz, garante da cidadania, e livre das pressões que, nos últimos tempos, assumiram a forma de uma vergonhosa chantagem sobre o

Tribunal Constitucional; consenso sobre o imperativo de reforço do aparelho produtivo nacional num quadro ecologicamente responsável; consenso sobre a imprescindibilidade de um tecido científico qualificado e com meios financeiros para servir a afirmação do país; consenso sobre uma política externa que tire todo o partido do estatuto semiperiférico de Portugal no atual sistema-mundo, com uma longa história de contactos extra-europeus.

Sociólogo, director do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

PUBLICIDADE

Aumente os Lucros da sua Empresa Com mais Produtividade e Eliminação de Custos

Destaque a sua empresa no mercado pela qualidade dos serviços.



- **Contribuem para aumentar até 20% a produtividade nas Empresas.**
- **Eliminam as faturas com alugueres de linhas telefónicas e de tráfego de chamadas feitas por Telemóveis e Telefones para as redes fixas e móveis de Portugal e Internacionais.**
- **Canais ilimitados. Nunca mais se perdem clientes por a linha telefónica estar ocupada e ligarem para a concorrência.**
- **Configuração de números telefónicos locais, nacionais ou internacionais de mais 20000 localidades do Mundo que representam mais de 98% do PIB mundial, para poder expandir os negócios no país ou no estrangeiro sem custos com pessoal ou instalações locais.**

Estamos em todo o país, informe-se já:

AVEIRO • BEJA • BRAGA • BRAGANÇA • COIMBRA • ÉVORA • FUNCHAL
FUNDÃO • GUARDA • LEIRIA • LISBOA • LOULÉ • P. DELGADA • PORTALEGRE
PORTO • SANTARÉM • SETÚBAL • V. CASTELO • VILA REAL • VISEU

A BELTRÔNICA
DIVISÃO DE SISTEMAS TELEFÓNICOS DIGITAIS

Serviço Nacional de Atendimento
308 802 470
Número Nacional/Chamada Local

Compatível também com as tecnologias anteriores IP (VoIP, SIP/H.323), RDIS (BRI/PRI) e tradicional.